SALVADOR, domingo, 28 de abril 2019



ENTRE/CONVERGÊNCIAS



sosevenocorreio/convergencias



Doris Miranda EDITORA DE OPINIÃO doris.miranda@redeba hia.com.br

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE UMA MESMA QUESTÃO



Patrimônio Construção que serviu de moradia para governadores até 1908, hospedou a rainha Elizabeth II e testemunhou grande parte da história política da Bahia, o Palácio Rio Branco deve virar hotel?

Salvador é o terceiro maior polo hoteleiro das capitais, ficando atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro: temos 404 hotéis e 40 mil leitos. No ano de 2018, ficamos com uma ocupação de 62% na hotelaria. Isso significa uma ociosidade de 15.200 leitos diariamente (38%) deixando de faturar nesses 365 dias mais R\$ 277 mi-lhões somente com diárias na hotelaria, sem mensurar o res-tante da cadeia produtiva que interage com outros 50 seto-res. O ano passado foi o primeiro em que atingimos a ocupa-ção acima de 60%, mas com diárias médias estagnados há mais de seis anos e com defasagem de 70% nas mesmas.

Não precisamos de novos hotéis, mas sim de incentivos aos que aqui estão instalados e

Não precisamos de novos hotéis

lutam bravamente para continuarem abertos. Nosso Centro Histórico tem três hotéis de luxo instalados em prédios protegidos, sendo que um deles passa por uma grave crise, além, é claro, das pousadas cheias de charme. Precisamos de políticas públicas para manu-

tenção e preservação dos nossos monumentos históricos, bem como o enfrentamento da insegurança e dos graves problemas sociais que atingem o Pelourinho. O Palácio Rio Branco pode, sim, continuar como um museu ou sede de uma secretaria, a exemplo da do Turismo. Se a intenção do governo é estimular a ocupação de prédios tombados, existem diversos casarões vazios e o



PESSOA DIRETOR DA REDE SOL EXPRESS. PRESIDENTE DA FEBHA, VICE-PRESIDENTE DA CNTUR

próprio estado deveria ser o primeiro a dar esse exemplo.

ESTÃO

MOS DE NOVOS

DE INCENTIVOS

AOS QUE AQUI

INSTALADOS

Sabemos que, em outros países, prédios históricos são usados como hotéis, mas esse não é o caso de transformar a primeira residência oficial do governo do estado, pois iria concorrer e canibalizar um mercado que ainda não está maduro. Precisamos que o núcleo duro do estado (Casa Civil, Infraestrutura e Fazenda) encare o turismo como atividade

QUAL O DESTINO DO PALÁCIO RIO

PÚBLICO, DE USO OFICIAL E IDEN-

TIDADE CÍVICA?

BRANCO, MONUMENTO

econômica e estratégica, pois geramos 7,5% do PIB. Depois do agronegócio, somos os maiores empregadores e temos uma dotação orçamentária somente de 0,14%, que em aureos tempos chegou a 0,73%

Com a crise da Avianca, o estado precisa traçar metas claras de como irá se comportar com o ICMS do querosene da aviação, pois a guerra fiscal está instalada e perdemos HUBs (distribui-ção de voos) para Fortaleza, Recife e agora São Paulo, que entrou com grande determinação para conquistar uma eficiente malha aérea. Nossos esforços devem ser centrados para atração de voos internacionais e companhias "low costs"

O que vemos hoje são "cor-tinas de fumaça" tirando o foco dos nossos grandes desafios.

O primeiro Paço dos Governadores foi edificado por Luis Dias, arquiteto trazido pelo governa-dor geral Tomé de Souza para a fundação de Salvador, em 1549. e ampliado em 1558 no governo de Mem de Sá, com torre para sua defesa. O Paço foi sede do Governo Geral do Brasil de 1549 a 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro e, desde então, sediou o gover-no da Capitania, Província e Es-

tado da Bahia até 1979. O Paco ocupou o quarteirão sul da primeira "praça dos três poderes" do Brasil, em conjunto com a Casa da Câmara e Cadeia, o Pelourinho entre 1549/1604 e a Casa da Relação instalada, em 1609, no local onde foi construído o Elevador Lacerda em 1873. A praça abrigou ainda a Alfândega, a Casa da Moeda do Brasil,

Ser ou não ser um hotel?

além da Biblioteca Pública e Imprensa Oficial da Bahia, implodidas em 1970, onde foi montado o Palácio Tomé de Souza em 1985. Em 1663, o Paço foi reedificado com dois pavimentos e portada monumental em cantaria, permanecendo até 1890, quando foi reconstruído em estilo neoclás-sico, inaugurado em 1900. Em 1879, sua função residencial foi transferida para o palacete Cerqueira Lima, na Vitória; em 1908, para o Palacete das Mercês e, em 1916, para o Palacio da Aclama-ção, no governo Antônio Muniz S. de Aragão.

Em 10/1/1912, foi bombardeado, episódio que destuituiu o governador Aurélio Rodrigues Viana e abriu espaço para a eleição de José Joaquim



FRANCISCO SENNA ARQUITETO E HISTORIADOR

Seabra. Reconstruído em estilo eclético, coroado por cúpula e vitrais, o Paço foi nomeado Palácio Rio Branco em homenagem ao ministro baiano José da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Sua reconstrução foi projeto do italiano Julio Conti, com alterações do engenheiro Arlindo Coelho Fragoso, então secretário geral do estado. A partir de 1916, as obras de decoração ficaram a cargo do italiano Filinto

SE FOI POSSÍVEL

NO EDIFÍCIO DE A TARDE, É

POSSÍVEL POUCOS

METROS

Santoro, com imponente esca-daria de ferro e bronze e degraus de vidro, e a estátua de Tomé de Souza, obra do escultor italiano

Pasquale De Chirico. Em 1979, após a transferência para o CAB, no governo Antonio Carlos Magalhães, o Palácio abrigou o gabinete do prefeito. Em 1983, sediou a Bahiatursa e, entre 1991/2009, abrigou a Fundação Pedro Calmon. A partir de 1986, abriga o Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia e, a partir de 2010, a Secretaria de Cultura do Estado.

Fica, assim, a questão para ser discutida. Qual o destino do Palácio Rio Branco, monumento público, de propriedade do estado, de uso oficial e identidade cívica, localizado num im-portante sítio histórico tombado em 1985 pela Unesco?

Sem uso, a arquitetura arruína-se. O grande impacto da saída dos órgãos públicos do Centro Histórico para o CAB, nos anos 70, acelerou de tal maneira a degradação da área que a arquiteta Lina Bo Bardi, 15 anos mais tarde, comparou o estado dos edifícios entre a Castro Alves e o Carmo ao das cidades europeias bombardeadas na 2º Guerra Mundial. Testemunhamos agora um

renovado abandono do Centro por parte do poder público: depois do Palácio da Aclamação ter se tornado salão de festas, um uso com potenciais impactos negativos sobre o edifício, agora é a vez de o Palácio Rio Branco deixar de ser usado. Curiosamente, a divulgação de um novo uso como hotel para o edifício à Praça Municipal cau-

Um hotel para o Palácio Rīo Branco

sou mais comoção que o abandono em si. Fato é que nas últimas duas décadas muito foi investido em estudos, planos e projetos para o conjunto edificado do Centro Histórico, comparado à mínima intervenção efetiva que viesse garantir uso contemporâneo dos edifícios (reabertura do Teatro Gregório de Mattos, Casa do Carnaval, restauração da Catedral). Nesse período, destacou–se a iniciativa pontual e privada, para não dizer heroica, da reabertura do Cinema Glauber Rocha, que vem mantendo viva a Praça Castro Alves e que, recentemente, recebeu reforço por parte do Hotel Palace, recuperado para o seu uso original, e

do Hotel Fasano, projeto que adaptou para uso dis-



CORREIA CAMPOS ARQUITETO, PROFESSOR DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA

MÁRCIO

tinto do original o antigo edifí-

cio-sede do jornal A Tarde. A preocupação com o respeito à arquitetura do Palácio Rio Branco, edificio eclético, erguido depois do bombardeio de 1912 que destruiu o edificio ali anteriormente existente, é facilmente dissipada diante da associação entre claros e rigorosos critérios por parte dos órgãos do patrimônio e um bom projeto de arquitetura. Se foi possível no edifício de A Tarde na Castro Alves, é possível alguns poucos metros adiante.

Enquanto a mais importante obra de azulejaria portuguesa fora de Portugal e a mais importante obra de arte colonial no país, o conjunto de azulejos no claustro da igreja de São Francis-co, no Terreiro de Jesus, padece de agressivo processo de arrui-namento há 15 anos, há de ser saudada toda iniciativa que ga-ranta alguma dinâmica positiva de uso no Centro Histórico. Par-ticularmente, se uma cadeia de hotéis oferecesse recuperação e salvaguarda dos azulejos de São Francisco em troca do uso do mosteiro como hotel, esta seria uma atitude para ser ainda mais celebrada. Em comparação, o Palácio Rio Branco é efetivamente uma questão arquitetônica e artística menos importante.